



**PERCEPÇÃO DOS AGRICULTORES SOBRE A CONTABILIDADE RURAL NO
MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO SUL/SC**

**FARMERS PERCEPTION OF RURAL ACCOUNTING IN THE MUNICIPALITY OF
SÃO JOÃO DO SUL/SC**

João Vanio Mendonça Cardoso

Doutor em Desenvolvimento Socioeconômico

Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC)

e-mail: jvcardoso@unesc.net

<https://orcid.org/0000-0001-5917-1283>

Esequiel Bianchini Chaves

Graduado em Ciências Contábeis

Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC)

e-mail: esequiel.bianchinisjs@gmail.com

RESUMO: A pesquisa contextualiza a crescente complexidade fiscal e gerencial enfrentada pelos agricultores em um cenário de avanços tecnológicos, abordando a importância da contabilidade na sustentabilidade das atividades agrícolas. O objetivo foi analisar a percepção dos agricultores em relação à utilização dos conhecimentos contábeis e fiscais na atividade rural. A pesquisa seguiu uma abordagem quantitativa, com o objetivo descritivo e com estratégia de levantamento. Os dados foram coletados por meio de um questionário estruturado, com amostragem não probabilística por conveniência. Os resultados mostram que, embora os agricultores tenham conhecimento contábil e fiscal moderado a alto, enfrentam falta de apoio profissional e técnico. Há dificuldades no uso da Nota Fiscal do Produtor, destacando a necessidade de capacitação e tecnologia.

Palavras-chave: Contabilidade Rural. Assessoramento Contábil. Gestão Financeira. Propriedade Rural.

ABSTRACT: The research contextualizes the increasing fiscal and managerial complexity faced by farmers in a scenario of technological advancements, highlighting the importance of accounting for the sustainability of agricultural activities. The objective was to analyze farmers' perception regarding the use of accounting and fiscal knowledge in rural activities. The study followed a quantitative approach, with a descriptive objective and a survey strategy. Data were collected through a structured questionnaire using a non-probabilistic convenience sampling method. The results indicate that, although farmers have moderate to high accounting and fiscal knowledge, they face a lack of professional and technical support. Difficulties in using the Producer's Invoice were observed, emphasizing the need for training and technological infrastructure.

Keywords: Rural Accounting. Accounting Support. Financial Management. Rural Property.

1 INTRODUÇÃO

Com o avanço da tecnologia, a agricultura tem experimentado uma expansão significativa, refletida no aumento da produção e receita, na redução de despesas e na geração de empregos (Crepaldi, 2019). Esse progresso não só fortalece o setor agrícola, mas também



cria uma base sólida para o desenvolvimento de indústrias relacionadas. Nesse contexto, é essencial a presença de profissionais capacitados e trabalhadores especializados não apenas na produção agrícola, mas também na gestão, garantindo uma supervisão financeira mais precisa e eficiente (Crepaldi, 2019).

Os produtores rurais por sua vez, enfrentam desafios contínuos na geração de informações gerenciais confiáveis para a tomada de decisões (Crepaldi, 2019). Para que um administrador rural tenha sucesso, é vital que ele compreenda como e onde os recursos estão sendo investidos, bem como o retorno e os resultados financeiros que serão obtidos (Crepaldi, 2019). Essa compreensão é fundamental para o gerenciamento eficaz e sustentável da atividade agrícola (Crepaldi, 2019).

Embora o ideal seja que todos os produtores rurais contem com funcionários tecnicamente habilitados e com conhecimento gerencial e fiscal, a realidade é que muitos dependem de ajuda externa (Dias, 2020). Essa assistência pode vir de familiares, amigos ou de contadores. Dado que as obrigações fiscais são obrigatórias e passíveis de multa, o mais apropriado seria que os produtores buscassem ajuda de profissionais qualificados (Dias, 2020). Apesar de existir uma quantidade significativa de orientações disponíveis em sites governamentais para o cumprimento dessas obrigações, como a declaração de imposto de renda e a emissão de nota fiscal eletrônica, nem todos os produtores têm a compreensão necessária ou sabem utilizar a tecnologia de forma eficaz (Dias, 2020).

Desde o ano-calendário de 1996, o resultado da exploração de atividades rurais por pessoas físicas deve ser apurado por meio da escrituração do Livro Caixa, que registra receitas, despesas de custeio, investimentos e outros valores relacionados à atividade para fins de imposto de renda (Brasil, 1995a, art. 18). No entanto, mesmo com essa obrigação em vigor há décadas, muitos produtores rurais ainda são notificados e penalizados pela falta de entrega da declaração de imposto de renda, evidenciando a necessidade de maior conscientização e apoio na gestão fiscal rural.

Neste contexto, surge a seguinte questão de pesquisa: **como os agricultores percebem e utilizam os conhecimentos contábeis e fiscais na atividade rural?** Com o propósito de responder a essa pergunta, definiu-se como objetivo geral desta pesquisa, analisar a percepção dos agricultores em relação à utilização dos conhecimentos contábeis e fiscais na atividade rural.

A pesquisa contribui para o avanço do conhecimento acadêmico ao explorar a percepção dos agricultores sobre a contabilidade no meio rural, uma área pouco explorada na literatura. Ao aprofundar o entendimento sobre como esses profissionais lidam com questões contábeis e fiscais, o estudo oferece novas perspectivas teóricas que podem enriquecer o campo da contabilidade rural e servir de base para futuras pesquisas.

Do ponto de vista prático, a pesquisa oferece inspirações valiosas para contadores, consultores e profissionais que atuam no setor agrícola, auxiliando-os a compreender melhor as necessidades e desafios enfrentados pelos produtores rurais. Essas inspirações podem orientar o desenvolvimento de serviços contábeis mais eficientes e personalizados, contribuindo para a melhoria da gestão financeira e fiscal nas propriedades rurais.

A pesquisa tem relevância social ao abordar a importância da contabilidade na sustentabilidade econômica do setor rural, que é fundamental para o desenvolvimento socioeconômico do país. Ao capacitar agricultores e fortalecer a gestão contábil, o estudo pode contribuir para a geração de empregos, aumento da produção agrícola e, consequentemente, para a segurança alimentar e o desenvolvimento regional.

Este estudo é estruturado em cinco seções: a introdução do tema, seguida pela discussão da base teórica. Em seguida, a terceira seção descreve os métodos e procedimentos



metodológicos, a quarta analisa os resultados, e a última seção apresenta as considerações finais.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A fundamentação teórica deste estudo está estruturada em três tópicos principais: contabilidade rural, que aborda as particularidades da gestão financeira no setor agrícola; imposto de renda do produtor rural, que explora as obrigações tributárias específicas desse segmento; e a nota fiscal de produtor rural, destacando a importância desse documento para a regularização fiscal das operações agrícolas.

2.1 Contabilidade Rural

As pessoas sempre se preocuparam com seus bens e dinheiro, desde os tempos antigos até os dias atuais, mas com o passar do tempo, tornou-se necessário aprimorar os métodos de organização dos recursos disponíveis. A contabilidade oferece uma organização eficiente sobre o que acontece com nosso dinheiro e bens, sendo essencial para qualquer negócio, independentemente do tamanho. O autor ainda afirma que o contador desempenha um papel fundamental, sendo responsável por analisar e apurar resultados em todos os setores de uma empresa, especialmente nas maiores. Embora muitas pessoas subestimem a importância da contabilidade, quem comprehende o assunto sabe o quanto ela é valiosa e útil (Ludícibus, 2021).

A contabilidade funciona como um sistema que coleta, registra e organiza informações financeiras, resultando em relatórios detalhados. Este processo envolve a identificação, quantificação e apresentação das movimentações financeiras. Os autores afirmam que o objetivo principal da contabilidade é fornecer dados que auxiliem indivíduos e empresas na tomada de decisões informadas. De forma simplificada, qualquer esforço para registrar e demonstrar ganhos e gastos pode ser considerado uma forma de contabilidade (Salotti; Lima; Murcia, 2019).

Os bens representam recursos de valor econômico que podem ser convertidos em dinheiro para atender às necessidades do usuário. Os direitos referem-se aos valores a receber dos clientes, decorrentes de vendas de mercadorias. As obrigações, por sua vez, correspondem aos valores que devem ser pagos a terceiros, sendo todos esses elementos essenciais para o controle contábil eficiente de uma empresa.

Nas últimas décadas, o Brasil passou por um intenso processo de industrialização, que resultou no crescimento das áreas urbanas e na diminuição da população rural. Para o autor, apesar disso, o setor agrícola continua desempenhando um papel crucial para o desenvolvimento econômico do país, com os produtos de origem agrícola liderando as exportações nacionais. Esse contexto evidencia a importância contínua da agricultura para o progresso nacional, reforçando a necessidade de gestão eficiente no campo (Crepaldi, 2019).

De acordo com o art. 51 do Decreto nº 9580/2018, são consideradas atividades rurais: agricultura, pecuária, extração e exploração vegetal e animal, além da apicultura, avicultura, cunicultura, suinocultura, sericicultura, piscicultura, e outras culturas animais. Também estão incluídas a transformação de produtos oriundos da atividade rural, desde que não alterem a composição do produto *in natura*, e o cultivo de florestas destinadas ao corte para comercialização, consumo ou industrialização (Brasil, 2018).

Na agricultura, os recursos financeiros são geralmente obtidos na época da colheita, diferentemente de outros negócios que vendem ao longo do ano. As vendas agrícolas ocorrem em momentos específicos, coincidindo com a colheita e a venda dos produtos (Marion, 2020). Alguns produtores optam por armazenar parte da produção para vender posteriormente, visando



melhores preços. O cálculo do lucro logo após a colheita é essencial para avaliar a eficiência da produção e planejar o próximo ciclo, evitando atrasos que possam comprometer a gestão financeira da propriedade (Marion, 2020).

O setor agroindustrial é um dos pilares da economia brasileira, apresentando progressos tanto quantitativos quanto qualitativos. Este segmento não só tem elevado potencial para gerar empregos e receitas, mas também seu desempenho tem superado, em média, o da indústria. Com relevância crescente no cenário global, a importância do agro é ainda mais evidente no contexto do crescimento econômico, dado seu dinamismo e capacidade de estimular outros setores (Crepaldi, 2019).

A contabilidade rural permanece como um campo vasto e ainda pouco explorado, pois muitos agricultores não compreendem completamente seus benefícios. Ainda segundo o autor, esta área contábil visa auxiliar no planejamento orçamentário, subsidiar a tomada de decisões e proporcionar maior controle sobre os resultados das atividades rurais. Sua implementação eficiente pode melhorar significativamente a gestão financeira no campo, oferecendo vantagens competitivas para os produtores (Almeida, 2018).

No cenário atual, os agricultores não podem se concentrar exclusivamente nas questões técnicas do cultivo. A profissionalização da gestão em todas as áreas, especialmente na administração financeira, é fundamental devido aos novos desafios enfrentados, como a concorrência internacional, leis trabalhistas, preocupações ambientais e carga tributária. O produtor rural precisa equilibrar seu tempo entre o trabalho no campo e essas questões administrativas que transcendem os limites de sua propriedade. A contabilidade rural, quando bem aplicada, é um instrumento valioso para o planejamento, supervisão e administração das atividades agrícolas, facilitando decisões informadas (Crepaldi, 2019).

No agronegócio, os produtores rurais enfrentam diversas obrigações legais relacionadas às questões contábeis e financeiras. Apesar de não ser obrigatório para pequenos e médios produtores contratar um contador, a opção está disponível e esses profissionais podem oferecer informações valiosas para a tomada de decisões. Mesmo com o desenvolvimento contínuo da contabilidade rural, pesquisas indicam que os produtores ainda utilizam pouco os serviços desses especialistas, o que pode comprometer a eficácia da gestão financeira no setor (Krüger, 2021).

2.2 Imposto de Renda do Produtor Rural

O Imposto de Renda (IR) é um tributo aplicado a pessoas físicas e jurídicas, incidindo sobre a renda auferida em cada mês. No contexto das atividades rurais, o IR é calculado com base em uma ampla gama de atividades, incluindo a exploração agrícola, pecuária e outras formas de produção rural, como a produção de carvão vegetal e o cultivo de florestas. A Receita Federal do Brasil (RFB) define as regras para a tributação dessas atividades, exigindo registros contábeis detalhados para aqueles que ultrapassam certos limites de receita, conforme estabelecido na legislação (Brasil, 1995a, art. 18).

O livro-caixa desempenha um papel fundamental na gestão financeira das atividades rurais, pois permite que o produtor registre todas as entradas e saídas de dinheiro relacionadas à operação. Esse registro é essencial para o cálculo do imposto de renda (IR), especialmente para aqueles cujas receitas superam o limite estabelecido pela legislação. Além disso, é obrigatório que os produtores mantenham os comprovantes de todas as transações para fins de auditoria e fiscalização pela Receita Federal, garantindo, assim, a conformidade com as obrigações fiscais (Nunes, Schumacher, Wohlenberg, 2020).

No que diz respeito à tributação, a legislação atual oferece várias possibilidades de deduções fiscais para os produtores rurais, até mesmo a compensação de prejuízos de anos



anteriores. A aplicação correta dessas deduções pode reduzir significativamente o valor do imposto devido, desde que as receitas e despesas sejam devidamente registradas no livro-caixa e estejam em conformidade com as exigências legais (Gonçalves, 2017).

Para os produtores rurais que optam por calcular o IR com base no lucro da atividade, o livro-caixa serve como a base para determinar a diferença entre receitas e despesas, sobre a qual será aplicada a alíquota do imposto. Essa abordagem pode ser particularmente vantajosa para aqueles que mantêm um controle rigoroso de suas finanças, permitindo uma tributação mais justa e alinhada à realidade financeira do empreendimento rural (Crepaldi, 2019).

Além das vantagens tributárias, a gestão contábil eficiente, incluindo o uso adequado do livro-caixa, também contribui para uma melhor tomada de decisões estratégicas. A correta manutenção dos registros financeiros permite aos produtores rurais não apenas cumprir suas obrigações fiscais, mas também planejar de forma mais eficaz o uso de seus recursos, garantindo a sustentabilidade e o sucesso a longo prazo das suas atividades (Marion, 2020).

Em resumo, a contabilidade rural, quando bem executada, vai além do cumprimento das obrigações fiscais. Ela se torna uma ferramenta estratégica essencial para o produtor rural, oferecendo uma visão clara da saúde financeira do empreendimento e auxiliando na maximização dos benefícios fiscais e no planejamento futuro, o que, por fim, contribui para a sustentabilidade e o sucesso contínuo das atividades rurais (Marion, 2020).

O cálculo do lucro ou prejuízo na atividade rural, conforme as regulamentações fiscais, baseia-se na diferença entre a receita bruta recebida e as despesas pagas durante o ano calendário. Quando há lucro, o montante integra a base de cálculo para o imposto de renda na declaração de rendimentos. Em caso de prejuízo, o saldo negativo pode ser compensado com lucros futuros, desde que o produtor não tenha optado pelo limite de 20% sobre a receita bruta para deduções (Nunes; Schumacher; Wohlenberg, 2020).

As demonstrações financeiras de uma empresa rural registram de forma organizada a situação patrimonial e financeira, além de seu desempenho ao longo do tempo. Elas incluem dados sobre ativos, passivos, patrimônio líquido, receitas, despesas, alterações no capital próprio e fluxos de caixa. Para que essas demonstrações sejam consideradas completas, devem conter informações essenciais como o nome da entidade, data de elaboração, período abrangido, moeda de apresentação e o nível de arredondamento adotado (Crepaldi, 2019).

Do ponto de vista do direito tributário, a renda representa um acréscimo de valor no patrimônio entre dois momentos, resultante das receitas e despesas. A tributação sobre a renda ocorre apenas quando há um efetivo aumento de riqueza, proveniente do capital ou do trabalho, durante um período específico. Assim, somente esse acréscimo patrimonial deve ser alvo de tributação, conforme estabelecem as normas tributárias vigentes (Fernandes, 2017).

A receita bruta na agricultura é originada da venda de produtos agropecuários e deve ser comprovada por documentos, como notas fiscais de produtores, recibos de entrada e notas promissórias vinculadas às vendas. Esses documentos devem conter informações detalhadas, incluindo nome, CPF, endereço e valores das operações, para que possam ser validados pelas autoridades fiscais estaduais (Marion, 2020).

Consideram-se como custos ou despesas da atividade rural: todos os investimentos relacionados ao trabalho rural, ou seja, custos com a aquisição de insumos, sementes, defensivos agrícolas, óleo diesel, máquinas, implementos agrícolas, construção de moradias para trabalhadores e novas instalações que contribuem para o desenvolvimento e expansão das atividades rurais entre outros (Marion, 2020).

A correta organização e comprovação das receitas e despesas na atividade rural não apenas atende às exigências fiscais, mas também contribui para uma gestão financeira mais eficiente. Com uma contabilidade bem estruturada, o produtor rural pode otimizar sua carga



tributária, assegurar a dedutibilidade de despesas e tomar decisões estratégicas informadas, visando a sustentabilidade e o crescimento de sua atividade (Marion, 2020).

2.3 Nota Fiscal de Produto Rural

A Lei nº 8.846, de 21 de janeiro de 1994, estabelece obrigações para a emissão de documentos fiscais e define penalidades para o descumprimento dessas normas, visando combater a sonegação de tributos federais, estaduais e municipais. A lei torna obrigatória a emissão de nota fiscal ou documento equivalente na venda de mercadorias e prestação de serviços, assegurando a regularidade das transações comerciais e a arrecadação de tributos. Além disso, impõe sanções às empresas que não emitirem os documentos fiscais obrigatórios ou que o façam de forma irregular, fortalecendo o controle fiscal e a transparência nas operações comerciais (Brasil, 1994).

A Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) surge como uma solução moderna e simplificada para o cumprimento das obrigações fiscais, atendendo tanto às demandas dos contribuintes quanto às do fisco. Essa inovação aprimorou o processamento das transações, oferecendo um método mais seguro e eficiente, que permite um monitoramento mais eficaz das operações fiscais (Walter; Ribeiro, 2012; Conceição, 2019; Pereira, 2014).

A emissão da NFP-e é feita através do site da Secretaria de Estado da Fazenda (SEF), onde o produtor deve se cadastrar no Sistema de Administração Tributária (SAT). Apenas agricultores individuais com cadastro ativo de produtor primário na SEF podem emitir a NFP-e nesse formato (SEF/SC, 2016; SEF/SC, 2023; Senar, 2021; Pritsch, 2016).

Para adotar a NF-e, os produtores precisam se adaptar ao uso de tecnologias, que se tornaram essenciais não apenas nas atividades produtivas diárias, mas também para atender às exigências das operações comerciais e da gestão da propriedade. O acesso à internet é fundamental para que os produtores permaneçam atualizados e adquiram os conhecimentos necessários para o desenvolvimento contínuo de suas atividades (CNA, 2023; Viero; Silveira, 2011).

Esse novo formato eletrônico proporcionará um controle mais eficiente dos rendimentos dos agricultores, simplificando processos como a comprovação de renda para aposentadoria, além de facilitar o registro das transações econômicas do município e das informações relacionadas ao ICMS (Pritsch, 2016).

Além da comercialização de produtos agropecuários, a NFP-e também poderá ser utilizada para registrar operações como turismo rural, aluguel de maquinário agrícola e venda de equipamentos usados, abrangendo diversas atividades da propriedade rural. A NFP-e estará ainda vinculada à Guia de Transporte de Animais (GTA), documento obrigatório para o transporte de animais, assegurando que todas as transações estejam devidamente registradas e fiscalizadas (Pritsch, 2016).

2.4 Estudos Correlatos

Os estudos de Kruger *et al.* (2013) buscaram analisar a percepção dos gestores rurais sobre a contabilidade como instrumento de apoio em suas atividades. A coleta de dados foi realizada por meio de questionários aplicados a 176 produtores rurais em Santa Maria/RS, utilizando análises estatísticas descritivas e correlação de *Spearman*. Os resultados indicaram que os produtores possuem um conhecimento contábil e fiscal limitado e que raramente utilizam profissionais da contabilidade, preferindo buscar apoio em sindicatos. As conclusões ressaltam a necessidade de políticas públicas para capacitar os produtores rurais, já que a maioria deles carece de conhecimento adequado para a gestão eficiente de suas propriedades.



Os estudos de Da Silva *et al.* (2021) tiveram como objetivo, identificar a percepção dos agricultores do Sítio Pau D'arco, na Zona Rural de Mamanguape-PB, em relação à contabilidade rural e de custos e sua aplicabilidade nos negócios familiares. A metodologia envolveu a aplicação de questionários para avaliar o uso da contabilidade nas propriedades rurais, resultando em constatações de que muitos agricultores carecem de conhecimento contábil. Os principais resultados mostraram que, apesar da baixa familiaridade com os conceitos contábeis, os agricultores reconheceram a importância de integrar a contabilidade na gestão de suas propriedades, evidenciando uma oportunidade de desenvolvimento econômico para a agricultura familiar.

Por fim, os estudos de Krüger *et al.* (2021) tiveram como objetivo investigar os conhecimentos contábeis e fiscais dos produtores rurais, bem como a preparação e apoio para a Nota Fiscal Eletrônica (NFE) e as fontes de assessoramento contábil disponíveis. A metodologia aplicada foi quantitativa e descritiva, baseada em um questionário que obteve respostas de 176 produtores. Os resultados mostraram que a maioria dos produtores apresenta baixo conhecimento contábil e pouco utiliza serviços contábeis profissionais, preferindo o suporte de sindicatos. As conclusões indicam a urgência de iniciativas educativas para melhorar a capacitação dos agricultores e a promoção do uso da contabilidade como ferramenta de gestão e tomada de decisão nas atividades rurais.

Com base na análise comparativa entre os estudos de Krüger *et al.* (2021) e de Da Silva *et al.* (2021), observa-se que ambos identificam uma baixa utilização da contabilidade pelos produtores rurais e um conhecimento limitado sobre aspectos contábeis e fiscais. Contudo, enquanto Krüger et al. destacam a busca por apoio contábil junto aos sindicatos e a baixa preparação para a emissão da Nota Fiscal Eletrônica, Da Silva *et al.* (2021) ressaltam a percepção positiva dos agricultores quanto à importância da contabilidade, mesmo sem domínio técnico, sinalizando uma abertura à sua integração nos negócios. Essas diferenças evidenciam que, apesar das limitações, há potencial para avanços conforme o contexto e o estímulo à capacitação.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Nesta seção, são descritos o enquadramento metodológico adotado para a pesquisa e os procedimentos utilizados na coleta e análise dos dados ao longo do estudo.

3.1 Enquadramento Metodológico

Com relação à abordagem, este estudo é considerado quantitativo, pois a abordagem numérica é mais dedutiva e inicia com uma afirmação mais ampla, apoiada em teorias já estabelecidas, para investigar hipóteses relevantes para a pesquisa a partir de informações coletadas (Sordi, 2017).

Em relação aos objetivos, esta pesquisa é descritiva. Visa quantificar o nível de conhecimento dos agricultores acerca do imposto de renda e identificar a frequência com que realizam suas respectivas declarações. As pesquisas descritivas têm como principal propósito descrever as características de uma população ou fenômeno específico, além de estabelecer conexões entre diferentes variáveis (Gil, 2019).

Em relação às estratégias, esta pesquisa se enquadra em um levantamento, também conhecido como *survey*. Essa é uma técnica de pesquisa que envolve a coleta direta de informações das pessoas cujo comportamento se deseja estudar. Essa abordagem consiste em entrevistar um número significativo de indivíduos sobre o problema em questão e, em seguida,



analisar os dados coletados por meio de métodos quantitativos para obter uma compreensão adequada do tema (Gil, 2019).

3.2 Procedimento de Coleta e Análise de Dados

Quanto aos procedimentos para a coleta, aplicou-se um questionário com agricultores (arroz, milho e soja) do município de São João do Sul/SC, para analisar a percepção destes agricultores em relação à utilização dos conhecimentos contábeis e fiscais na atividade rural. A amostra utilizada neste estudo é de caráter não probabilístico, selecionada por conveniência. Esse tipo de amostragem ocorre quando a escolha dos participantes é feita, pelo menos em parte, com base no julgamento do pesquisador.

O questionário foi desenvolvido contendo 29 questões que foram desenvolvidas por meio do aplicativo *google* formulários e enviado via *WhatsApp*. O questionário aplicado, foi adaptado de Ambrós *et al.* (2019), e constituído de questões fechadas, sendo composto por sete bloco de questões. O primeiro bloco contemplou questionamentos sobre o perfil do respondente (sexo, estado civil, faixa etária, escolaridade e tempo de atividade rural) e os demais blocos sobre conhecimentos contábeis, fiscais, fontes de assessoramento e nota fiscal de produtor rural.

As questões foram respondidas pelos agricultores conforme uma escala *likert*, correspondendo a seguinte graduação: 1 = nenhum, 2 = baixo, 3 = médio, 4 = alto, 5 = muito alto, de acordo com a percepção do respondente diante de cada uma das 24 questões de percepção que compõem o instrumento (Apêndice A).

A coleta dos dados ocorreu do dia 19 de setembro e encerrou-se no dia 20 de setembro de 2024, sendo enviado para 83 produtores, obtendo 56 retornos, representando 67% de taxa de retorno. Os dados após serem coletados, foram tabulados em planilha Excel para melhor entender os resultados obtidos, e as informações encontradas estão apresentadas por meio de gráficos.

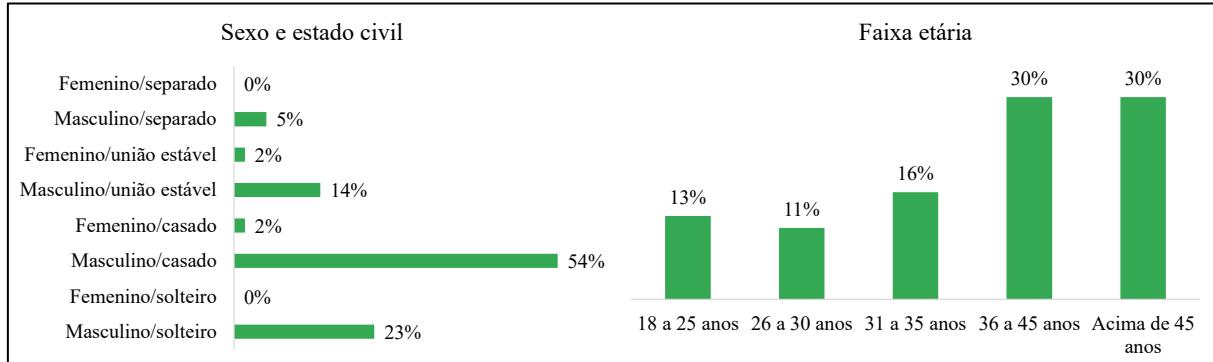
4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Para alcançar os objetivos propostos neste estudo e responder à questão central, esta seção apresenta os principais resultados sobre o tema, organizados de modo a estabelecer uma conexão clara entre a teoria discutida até o momento e a conclusão que será desenvolvida nas considerações finais.

4.1 Perfil dos Respondentes

Este estudo apresenta de forma detalhada os dados demográficos dos agricultores, com base nas respostas obtidas por meio do questionário aplicado. Esta seção da pesquisa foca em quatro categorias principais: sexo e estado civil, faixa etária, nível de escolaridade e tempo de atuação na atividade rural.

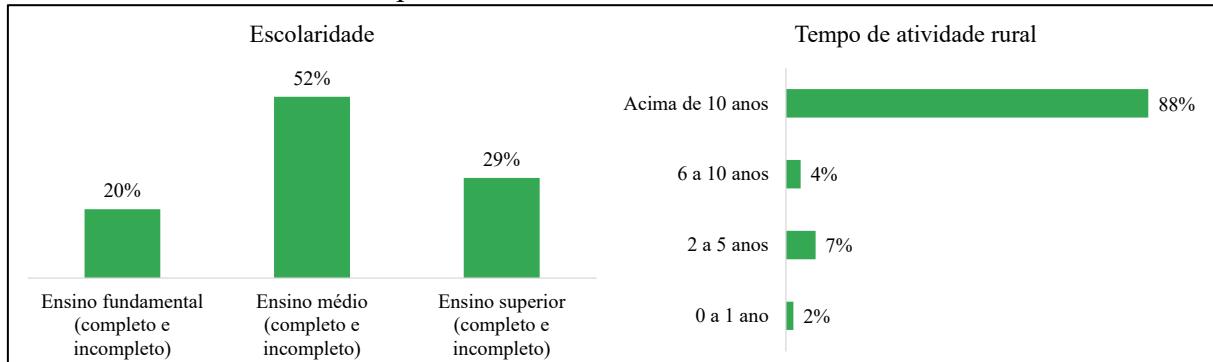
Gráfico 1 - Sexo, estado civil e faixa etária



Fonte: elaborado pelo autor (2024)

O gráfico n.º 1 fornecem um panorama do perfil dos entrevistados em relação a "Sexo e estado civil" e "Faixa etária". No gráfico de "Sexo e estado civil", observa-se que a maioria dos entrevistados são homens casados (54%), seguidos de homens solteiros (23%) e homens em união estável (14%). As mulheres representam uma parcela menor, com 2% em união estável e 2% casadas, sem registro de mulheres solteiras ou separadas. No gráfico de "Faixa etária", a maior parte dos entrevistados (30%) está na faixa de 36 a 45 anos e outros 30% têm mais de 45 anos. Entre os mais jovens, 13% têm entre 18 e 25 anos, enquanto 16% estão na faixa de 31 a 35 anos e 11% têm entre 26 e 30 anos. Isso indica que o perfil predominante é masculino, casado e com idade acima de 36 anos.

Gráfico 2 - Escolaridade e tempo de atividade rural



Fonte: elaborado pelo autor (2024)

O gráfico n.º 2 mostra dados sobre a "Escolaridade" e o "Tempo de atividade rural" dos entrevistados. Em relação à escolaridade, a maioria dos participantes (52%) possui ensino médio completo ou incompleto, enquanto 29% possuem nível superior (completo ou incompleto) e 20% têm ensino fundamental. Quanto ao tempo de atividade rural, um número expressivo (88%) dos entrevistados está no setor há mais de 10 anos, indicando uma significativa experiência na área. Apenas 4% têm entre 6 a 10 anos de atividade, 7% possuem de 2 a 5 anos, e 2% têm menos de 1 ano de atuação. Isso revela um perfil predominante de entrevistados com experiência prolongada na atividade rural e com nível médio de escolaridade.

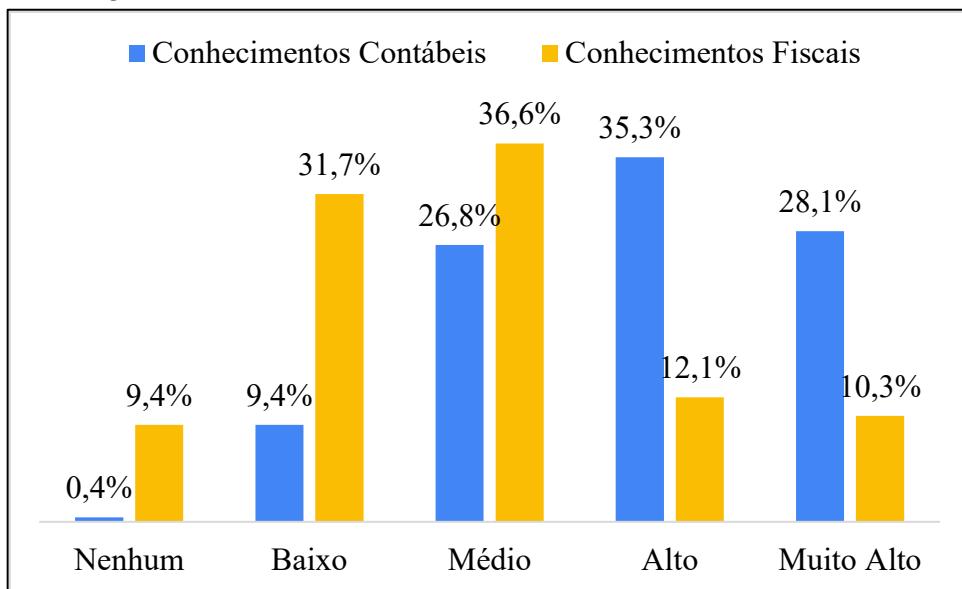
4.2 Análise de Dados

Nesta seção, as questões foram elaboradas com o objetivo de avaliar a percepção dos agricultores sobre a utilização da Nota Fiscal de Produtor Eletrônica (NFP-e) em suas



atividades. Além disso, buscou-se entender como eles avaliam os impactos positivos e negativos dessa ferramenta em relação à gestão contábil e fiscal de suas propriedades, assim como o nível de apoio recebido para sua implementação.

Gráfico 3 - Conhecimentos contábeis e fiscais

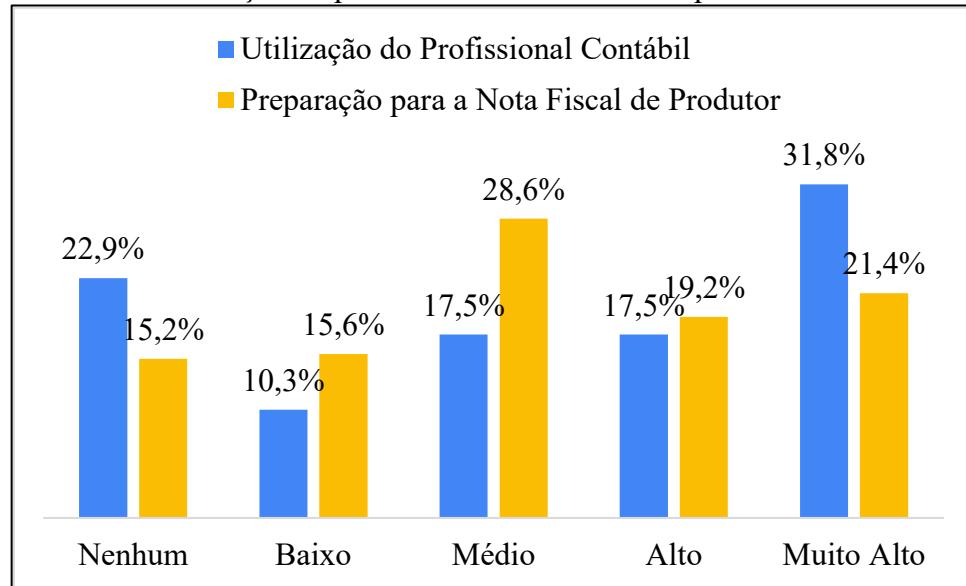


Fonte: elaborado pelo autor (2024)

O gráfico nº 3 apresenta a percepção dos entrevistados sobre seus conhecimentos contábeis e fiscais. A maioria dos entrevistados (36,6%) considera seus conhecimentos fiscais de nível médio, enquanto 35,3% avaliam seus conhecimentos contábeis como altos. Em termos de conhecimento muito alto, 28,1% dos participantes classificam seus conhecimentos contábeis nesse nível, contra apenas 10,3% que se veem com conhecimentos fiscais muito altos. Por outro lado, 31,7% acreditam ter um conhecimento fiscal baixo, e 9,4% se consideram com baixo conhecimento contábil. Apenas 0,4% indicaram não ter nenhum conhecimento contábil, enquanto o mesmo percentual de 9,4% foi registrado para aqueles que se classificam com baixo conhecimento fiscal e contábil.



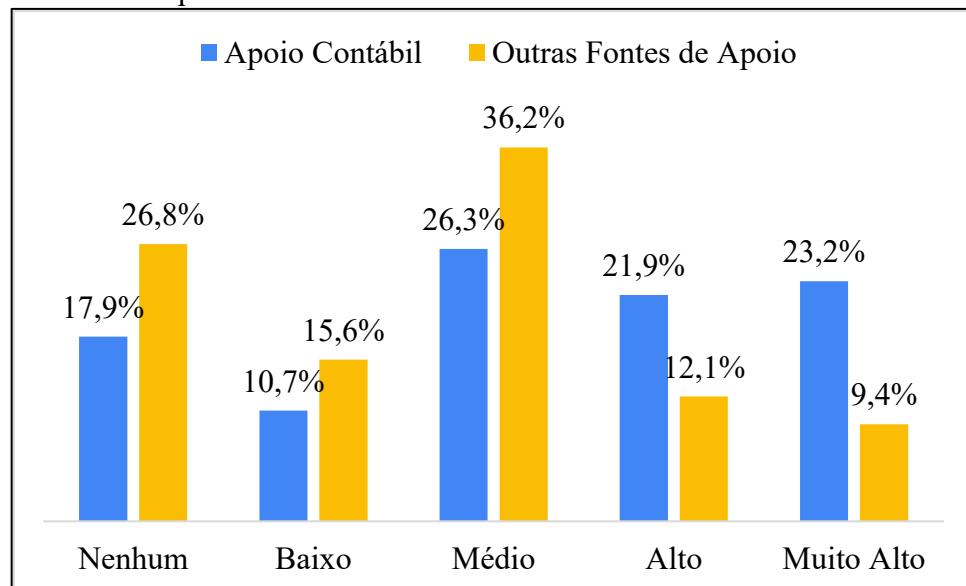
Gráfico 4 - Utilização do profissional e nota fiscal de produtor



Fonte: elaborado pelo autor (2024)

O gráfico nº 4 apresenta a percepção dos entrevistados quanto à utilização do profissional contábil e à preparação para a Nota Fiscal de Produtor (NFP). Na categoria "Utilização do Profissional Contábil", 31,8% dos respondentes declararam um uso muito alto, 22,9% afirmam não utilizar esse serviço e 17,5% indicam um uso médio. Quanto à "Preparação para a NFP", 28,6% relatam um nível médio de preparo, 21,4% se consideram muito preparados e 15,2% não se sentem preparados. Esses dados sugerem que, embora uma parte significativa dos agricultores utilize os serviços de um profissional contábil em alto grau, ainda existe uma lacuna em relação à preparação para a emissão da NFP, o que pode indicar a necessidade de mais capacitação ou apoio nesse processo. Essa constatação é corroborada por Dias (2020), ao afirmar que muitos produtores, mesmo com acesso a informações fiscais em plataformas oficiais, não conseguem aplicá-las de forma eficaz, demonstrando a importância de iniciativas educativas voltadas à gestão fiscal no meio rural.

Gráfico 5 - Apoio contábil e de outras fontes

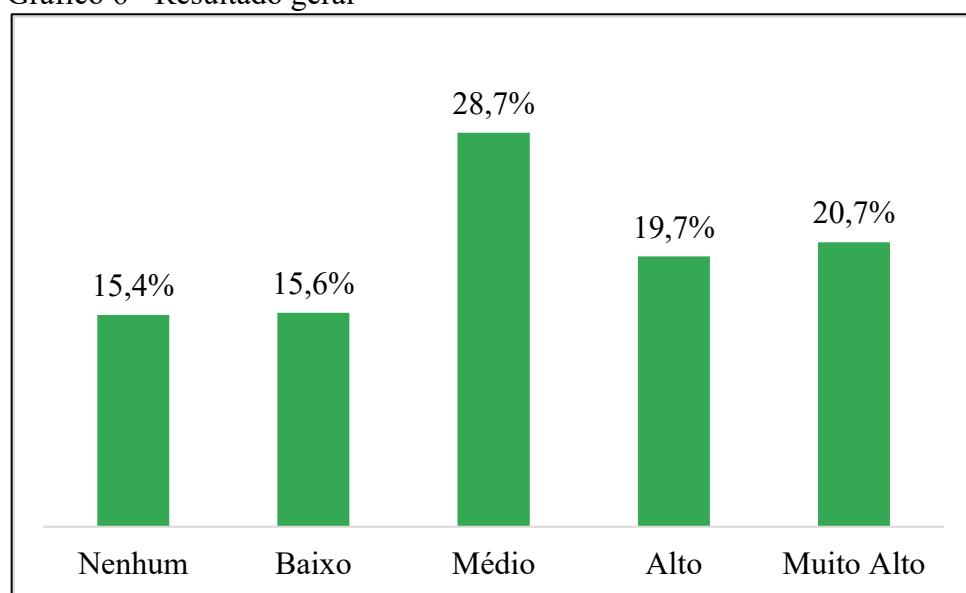


Fonte: elaborado pelo autor (2024)



O gráfico nº 5 compara o nível de "Apoio Contábil" e "Outras Fontes de Apoio" percebidos pelos respondentes. Na categoria "Apoio Contábil", 17,9% relataram não receber nenhum suporte, enquanto 26,3% afirmaram contar com um nível médio de apoio, e 23,2% indicaram um nível muito alto. Em contrapartida, no quesito "Outras Fontes de Apoio", 26,8% dos entrevistados declararam não utilizar fontes alternativas, mas 36,2% afirmaram ter um nível médio de suporte dessas outras fontes, enquanto apenas 9,4% indicaram um nível muito alto. Esses dados sugerem que, embora uma parte significativa dos entrevistados perceba um apoio contábil elevado, outras fontes de apoio são utilizadas de forma moderada, o que pode refletir uma dependência maior dos serviços contábeis tradicionais. Essa constatação é reforçada por Crepaldi (2019), ao destacar que, embora a contabilidade rural seja essencial para a sustentabilidade das atividades agrícolas, muitos produtores ainda não exploram plenamente outras formas de assessoramento disponíveis, como cooperativas e associações. A preferência por serviços contábeis tradicionais pode ser explicada pela confiança estabelecida com esses profissionais, além da carência de conhecimento técnico para avaliar alternativas de suporte à gestão financeira no campo.

Gráfico 6 - Resultado geral



Fonte: elaborado pelo autor (2024)

O gráfico de "Resultado Geral" apresenta uma distribuição equilibrada das respostas dos participantes em relação à percepção geral da pesquisa. A maior parte dos entrevistados (28,7%) posicionou sua percepção em um nível médio, refletindo que, de modo geral, o impacto ou o conhecimento sobre o tema é considerado moderado. Além disso, 19,7% e 20,7% dos respondentes indicaram que possuem uma percepção alta e muito alta, respectivamente, demonstrando que um número significativo dos participantes considera que o impacto ou conhecimento abordado pela pesquisa foi expressivo.

Por outro lado, uma parcela considerável também indicou percepções menos favoráveis, com 15,4% dos entrevistados afirmando não ter nenhum impacto ou conhecimento relevante e 15,6% posicionando suas respostas no nível baixo. Isso sugere uma variabilidade nas experiências ou no entendimento do público pesquisado, o que pode indicar diferentes graus de envolvimento ou de acesso às informações pertinentes ao estudo. Esses dados podem ser cruciais para ajustar estratégias de comunicação e suporte aos grupos com menor percepção.



Essa observação é corroborada por Almeida (2018), ao afirmar que a contabilidade rural, quando bem compreendida e aplicada, pode proporcionar vantagens competitivas significativas aos produtores. No entanto, essa aplicação depende diretamente do nível de conhecimento e envolvimento do agricultor com as práticas contábeis. Assim, estratégias de comunicação e capacitação devem ser ajustadas conforme o grau de familiaridade de cada grupo com o tema.

4.3 Discussão dos Resultados

A análise da percepção dos agricultores sobre a contabilidade no meio rural revela uma relação natural entre conhecimento contábil e a eficiência na gestão financeira das propriedades. De acordo com Crepaldi (2019), a contabilidade é fundamental para a sustentabilidade das atividades agrícolas, pois permite que os produtores compreendam melhores seus recursos financeiros e tomem decisões informadas. Santos, Marion e Segatti (2009) enfatizam que a administração eficiente no campo requer não apenas habilidades técnicas de cultivo, mas também um entendimento profundo das finanças, o que se reflete na necessidade de capacitação contínua para os agricultores.

Além disso, o estudo identifica que a maioria dos agricultores depende de assessoramento externo para lidar com questões contábeis e fiscais, o que evidencia uma lacuna significativa no conhecimento interno. Dias (2020) aponta que, apesar da disponibilidade de informações em plataformas governamentais, muitos agricultores não conseguem aplicar esse conhecimento de forma eficaz. Essa situação é preocupante, pois a falta de compreensão sobre a importância da contabilidade pode levar a penalidades fiscais e à ineficiência na gestão dos negócios rurais. A pesquisa sugere que uma maior conscientização e treinamento sobre práticas contábeis poderiam não apenas melhorar a conformidade fiscal, mas também contribuir para uma gestão financeira mais eficiente nas propriedades rurais.

A pesquisa contribui para o avanço do conhecimento acadêmico ao explorar um tema pouco abordado na literatura: a contabilidade rural. Almeida (2018) ressalta que a implementação eficaz da contabilidade pode oferecer vantagens competitivas significativas aos produtores. Ao capacitar os agricultores e fortalecer suas habilidades contábeis, é possível promover um desenvolvimento mais sustentável do setor agrícola, impactando positivamente na segurança alimentar e no desenvolvimento regional (Marion, 2020).

Por fim, os resultados deste estudo reforçam a importância da contabilidade como ferramenta estratégica na gestão rural, especialmente diante da crescente complexidade tributária e da necessidade de tomada de decisões embasadas. Conforme salientado por Iudícibus (2021), a contabilidade permite a organização eficiente dos recursos e fornece dados confiáveis que orientam a condução dos negócios. No contexto rural, essa necessidade é ainda mais evidente, considerando que muitos produtores enfrentam dificuldades para integrar práticas contábeis em sua rotina produtiva (Crepaldi, 2019). A baixa utilização de tecnologias e a limitada compreensão sobre instrumentos fiscais, como a NFP-e, demonstram que ainda há um longo caminho para consolidar a contabilidade como parte da cultura gerencial nas propriedades rurais (Dias, 2020; Almeida, 2018).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo foi elaborado com o objetivo de analisar a percepção dos agricultores em relação à utilização dos conhecimentos contábeis e fiscais na atividade rural. A análise dos dados coletados indica que 35,3% dos agricultores consideram possuir um alto nível de conhecimento contábil, enquanto 36,6% avaliam seus conhecimentos fiscais como medianos. Apesar desses percentuais representarem uma parcela significativa dos respondentes, ainda se



observa uma carência de apoio adequado, tanto de profissionais da contabilidade quanto de outras fontes de assessoramento. Essa realidade evidencia a necessidade de investimentos contínuos em capacitação, visando fortalecer as competências dos produtores rurais na gestão contábil e fiscal de suas propriedades.

A dependência de fontes de apoio alternativas, como cooperativas, sindicatos e associações, também foi observada como uma estratégia comum, especialmente entre aqueles com menos acesso direto aos contadores.

Em relação à Nota Fiscal do Produtor, verificou-se que a NFP ainda representa um desafio para muitos agricultores, evidenciando limitações tanto no domínio técnico quanto no acesso à infraestrutura necessária para sua emissão. Essa dificuldade está associada à carência de suporte especializado e à baixa familiaridade com ferramentas digitais, o que reforça a necessidade de treinamentos específicos voltados ao preenchimento correto da NFP.

Por fim, o estudo aponta para a necessidade de uma maior integração entre os profissionais contábeis e os agricultores, com vistas a melhorar a comunicação e o entendimento mútuo sobre a importância das práticas contábeis e fiscais. Investir em programas de capacitação e em tecnologias de fácil acesso para esse público pode promover um ambiente mais eficiente, onde os agricultores possam se concentrar em suas atividades produtivas enquanto cumprem adequadamente suas obrigações fiscais. Essa parceria mais sólida beneficiaria não apenas os agricultores, mas também a economia como um todo, ao garantir uma maior regularização e formalização da atividade rural.

As principais limitações desta pesquisa envolvem o caráter não probabilístico da amostra, que foi selecionada por conveniência, o que pode limitar a generalização dos resultados para o conjunto total de agricultores. Além disso, a pesquisa dependeu da disponibilidade e disposição dos participantes em responder ao questionário, o que pode ter gerado vieses, especialmente entre aqueles com maior acesso a recursos tecnológicos. Outro aspecto limitante foi o foco regional da coleta de dados, restringindo a abrangência geográfica e a diversidade de contextos rurais analisados. Por fim, a complexidade técnica dos temas abordados, como conhecimentos contábeis e fiscais, pode ter influenciado a compreensão e interpretação das perguntas por parte dos participantes, impactando a precisão das respostas.

Para estudos futuros, sugere-se ampliar a amostra para incluir uma diversidade maior de regiões, a fim de captar diferenças no perfil e nas necessidades dos agricultores em distintas áreas do país. Além disso, a realização de pesquisas sequenciais poderia fornecer uma visão mais clara das mudanças no nível de conhecimento contábil e fiscal dos agricultores ao longo do tempo. Outra sugestão seria a inclusão de variáveis adicionais, como o impacto da digitalização dos processos contábeis na eficiência operacional e na adesão à nota fiscal eletrônica. Estudos comparativos entre agricultores que utilizam serviços contábeis especializados e aqueles que não o fazem também podem oferecer novas perspectivas sobre a efetividade do apoio contábil.

REFERÊNCIAS

AMBRÓS, V. A. B.; MARQUEZAN, L. H. F.; ANVERSA, T. S.; RIGON, L. Demanda não obrigatória pelo profissional contábil: uma análise no ambiente dos produtores rurais. *Contabilometria – Brazilian Journal of Quantitative Methods Applied to Accounting*, Monte Carmelo, v. 6, n. 1, p. 104-121, jan. -jun. 2019.

ALMEIDA, Adilson. A importância da contabilidade rural como ferramenta de gestão para as pequenas propriedades rurais: uma revisão bibliográfica. 2018.



BRASIL. Art. 51, Decreto nº 9580/2018. São consideradas atividades rurais (Lei nº 8.023, de 12 de abril de 1990, art. 2º; e Lei nº 9.430, de 1996, art. 59). Brasília, DF: Presidência da República, 2018. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/decreto/d9580. Acesso em: 30 set. 2023.

BRASIL. Lei nº 8.846, de 21 de janeiro de 1994. Dispõe sobre a emissão de documentos fiscais e o arbitramento da receita mínima para efeitos tributários e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1994. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8846.htm. Acesso em: 17 ago. 2023.

BRASIL. LEI Nº 9.250, DE 26 DE DEZEMBRO DE 1995. Art. 18. O resultado da exploração da atividade rural apurado pelas pessoas físicas, a partir do ano-calendário de 1996, será apurado mediante escrituração do Livro Caixa, que deverá abranger as receitas, as despesas de custeio, os investimentos e demais valores que integram a atividade. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9250compilado.htm. Acesso em: 17 ago. 2023.

CREPALDI, Silvio. Contabilidade Rural – Uma abordagem decisional. São Paulo: Atlas, 2019.

CONFEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO BRASIL (CNA). Governo prorroga obrigatoriedade da Nota Fiscal Eletrônica para o produtor rural. Brasília, 2023. Disponível em: <https://cnabrasil.org.br/noticias/governo-prorroga-obrigatoriedade-da-nota-fiscal-eletronica-para-o-produtor-rural>. Acesso em: 04 ago. 2023.

DA SILVA, Naiana Maria et al. Contabilidade de custos e agricultura familiar: análise da importância e da aplicabilidade na percepção dos agricultores. 6º Encontro Brasileiro de Pesquisadores em Cooperativismo – EBPC. Brasília. Agosto 2021.

DIAS, Gilmara. O domínio de competências técnicas e cognitivas demonstradas pelo cidadão no preenchimento e envio da DIRPF da Receita Federal do Brasil e as características técnicas relativas à aceitação e uso das TIC. Tese (Doutorado em Administração) – Universidade de Brasília, Brasília, 2020. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/39816/1/2020_GilmaraAparecidaFreitasDias.pdf. Acesso em: 30 set. 2023.

FERNANDES, Andressa G. Torquato. Tributação, direitos fundamentais e desenvolvimento. São Paulo: Blucher, 2018.

GIL, Antonio C. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. 7ª ed. São Paulo: Grupo GEN, 2019.

GONÇALVES, Gustavo Barbosa. Tributação do imposto de renda na atividade rural: sistema pessoa física versus sistema pessoa jurídica. 2017.

IUDÍCIBUS, Sérgio. Teoria da Contabilidade. São Paulo: Atlas, 2021.

Instrução Normativa RFB Nº 1.794, de 23 de fevereiro de 2018. Pessoas obrigadas a apresentar a declaração de ajuste anual do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) 2018. Disponível em: <https://receita.economia.gov.br/interface/cidadao/irpf/2018/>. Acesso em: 02 nov. 2023.

KRUGER, Silvana Dalmutt et al. A percepção dos gestores rurais sobre a utilização da contabilidade como instrumento de apoio aos estabelecimentos rurais. In: Anais do Congresso Brasileiro de Custos-ABC. 2013.



KRÜGER, Cristiane et al. O produtor rural e a contabilidade: uma análise das fontes de assessoramento na atividade rural. *Revista UNEMAT de Contabilidade*, v. 10, n. 20, p.139-164, 2021.

LEI Nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995. Diário Oficial [da União], Brasília, DF, 27 dez.,1995.

MARION, José. *Contabilidade Rural – Agrícola, Pecuária e Imposto de Renda*. São Paulo: Atlas, 2020.

NUNES, Osmar Manoel; SCHUMACHER, Kelem Montardo; WOHLENBERG, Janaína. *ANÁLISE DA INCIDÊNCIA DO IMPOSTO DE RENDA: um estudo multicaso das particularidades na atividade rural*. *Revista GEDECON-Gestão e Desenvolvimento em Contexto*, v. 8, n. 2, p. 51-68, 2020.

PEREIRA, Sidinei Aparecido. *Governança eletrônica na administração pública: estudo de caso sobre a nota fiscal eletrônica (NF-e)*. *Razão Contábil e Finanças*, Fortaleza, v.5, n .1, jun., 2014.

PRITSCH, Ari José. Santa Catarina lança a nota fiscal eletrônica do produtor rural.Rural Pecuária, São José do Rio Preto ,15 jan .2016.

SALOTTI, Bruno; LIMA, Gerlando; MURCIA, Fernando. *Contabilidade Financeira*. São Paulo: Atlas, 2019.

SANTOS, Gilberto; MARION, José; SEGATTI, Sonia. *Administração de custos na agropecuária*.4^a ed., São Paulo: Atlas ,2009.

SORDI, José Osvaldo de. *Desenvolvimento de Projeto de Pesquisa*. São Paulo: Editora Saraiva ,2017.

VIERO, Verônica Crestani; SILVEIRA, Ada Cristina Machado da. *Apropriação de tecnologias da informação e comunicação no meio rural brasileiro*. *Cadernos de Ciência e Tecnologia*, Santa Maria , v .28 , n .1 , p .257-277 , abr.,2011 .



APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO APLICADO

PERFIL DO RESPONDENTE

Gênero	Grau de escolaridade
Masculino	Ensino Fundamental (completo e incompleto)
Feminino	Ensino Médio (completo e incompleto)
Faixa etária	EnsSuperior (completo e incompleto)
18 a 25 anos	Tempo de atividade rural
26 a 30 anos	0 a 1 ano
31 a 35 anos	2 a 5 anos
36 a 45 anos	6 a 10 anos
Acima 45 anos	Acima de 10 anos
Estado civil	
Solteiro	
Casado	
União Estável	
Separado	
acima de 32 anos	

Conhecimentos Contábeis	Nenhum	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto
Tenho um bom entendimento dos princípios básicos de contabilidade aplicados à minha atividade rural.					
Entendo a importância de manter registros contábeis detalhados para a gestão financeira da minha propriedade.					
Estou ciente das obrigações contábeis específicas relacionadas à atividade rural.					
Considero que a contabilidade é uma ferramenta essencial para a tomada de decisões na minha atividade rural.					
Conhecimentos Fiscais	Nenhum	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto
Conheço as regras fiscais aplicáveis à tributação da atividade rural.					
Estou familiarizado com as deduções fiscais disponíveis para produtores rurais.					
Sei como calcular corretamente o imposto de renda relacionado à minha atividade rural.					
Tenho conhecimento das penalidades por não cumprimento das obrigações fiscais.					
Utilização do Profissional Contábil	Nenhum	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto
Costumo contratar um contador para auxiliar na gestão financeira da minha propriedade.					
Acredito que o suporte de um contador é indispensável para o cumprimento das obrigações fiscais.					
O profissional contábil que utilizo oferece soluções adequadas às minhas necessidades.					
O custo dos serviços contábeis é justificado pelos benefícios obtidos.					
Preparação para a Nota Fiscal de Produtor	Nenhum	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto
Tenho facilidade em emitir a Nota Fiscal de Produtor Rural.					
Estou preparado para as exigências de emissão da Nota Fiscal Eletrônica (NFP-e).					
Entendo todos os passos necessários para a emissão correta da Nota Fiscal de Produtor.					
Acredito que a emissão da Nota Fiscal de Produtor é uma tarefa simples e clara.					
Apoio Contábil	Nenhum	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto
Recebo o apoio necessário de meu contador para cumprir as obrigações fiscais e contábeis.					
O suporte contábil que recebo é adequado para a complexidade da minha atividade rural.					
Tenho acesso fácil a orientações contábeis quando necessário.					
Confio no apoio contábil disponível para a tomada de decisões financeiras.					
Outras Fontes de Apoio	Nenhum	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto
Utilizo outras fontes de informação além do contador para entender minhas obrigações fiscais e contábeis.					
Participo de cursos ou treinamentos que me ajudam a entender melhor a contabilidade rural.					
A internet é uma fonte confiável para obter informações sobre contabilidade e tributação rural.					
Recebo apoio de sindicatos ou associações na gestão das minhas obrigações fiscais e contábeis.					